



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 29 DE ABRIL DE 2004

Aos vinte e nove dias do mês de Abril, de dois mil e quatro, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: Paulo Reis (1º secretário), Lia Ferreira, Susana Ervilha, José Rodrigues e António Febra.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr.^a Neusa Magalhães, Dr. José Manuel Silva, Dr. Helder Roque e Dr.^a Manuela Graça Santos.

A sessão foi presidida pelo Dr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados: Filipe Vieira, em substituição do 1º Secretário e Dário Antunes, em substituição do 2º Secretário.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1. Apreciação do Relatório da Câmara sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro** nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
- 2. Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respectiva Avaliação** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
 - 3.1. Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Leiria** - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
 - 3.2. Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria** - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



4. **PROTOSCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;
5. **ALTERAÇÕES AOS PROTOSCOLOS DE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;
6. **SERVIÇO DE SANEAMENTO NO CONCELHO DE LEIRIA – ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DO ANO DE 2004** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;
7. **RECTIFICAÇÃO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e), do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09.;



RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 17.02.04 A 16.04.04

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
ANMP	ENVIO DO BOLETIM	TOMEI CONHECIMENTO
C.M.POMBAL	CONVITE P/A CERIMÓNIA OFICIAL DO HASTEAR DA BANDEIRA DA QUALIDADE	IDEM
C.M.LEIRIA	CONVITE P/A REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	IDEM
ANMP	DIVULGAÇÃO DO CONGRESSO “CIDADES E LOCAIS UNIDOS”	IDEM
C.M.LEIRIA	CRIAÇÃO DA AMLEI – PEDIDO DE ELEMENTOS	DAR CUMPRIMENTO AO SOLICITADO
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DO B.V.LEIRIA	INAUGURAÇÃO DO QUARTEL/SEDE- 20º ANIVERSÁRIO – CONVITE	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	ACTUALIZAÇÃO DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DE ELEITOS LOCAIS	IDEM
J.F.BAROSA	XVI ENCONTRO DE JUNTAS DE FREGUESIA – CONVITE	IDEM
C.M.LEIRIA	CONVITE P/ASSISTIR AO JOGO DE FUTEBOL UNIÃO DE LEIRIA/BEIRA MAR SPORT CLUBE	IDEM
DEPUTADA MUNICIPAL LIA FERREIRA	SOLICITA JUSTIFICAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 26/02/04	RELEVE-SE A FALTA
LOJA MAÇÓNICA DE LEIRIA “LUÍS DE CAMÕES”	CONVITE P/SEMINÁRIO	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS SOBRE	IDEM



	A AVALIAÇÃO DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES	
C.M.LEIRIA	CONVITE P/ASSISTIR À ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A AUTARQUIA E A COMISSÃO P/A IGUALDADE E P/OS DIREITOS DAS MULHERES”	IDEM
CLUBE BUS	CONVITE P/ CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DO CLUB BUS	TOMEI CONHECIMENTO
GRUPO PARLAMENTAR DO PCP	ENVIA CÓPIA DO REQUERIMENTO AO GOVERNO SOBRE “A SITUAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA CALÇADA PORTUGUESA”	IDEM
STAPE	ENVIA PUBLICAÇÃO DO ATLAS ELEITORAL – ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS 1997-2001	IDEM
TRIBUNAL DE CONTAS	ACUSA RECEPÇÃO DO OFÍCIO DO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, EM QUE FOI ANEXO UM PEDIDO DE PARECER	IDEM
ADAE	ENVIA CONVITE P/ASSISTIR AO ACTO FORMAL DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DA AMLEI	IDEM
C.M.LEIRIA	CONVITE P/PARTICIPAÇÃO NAS “COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL”	IDEM
SANTUÁRIO DE FÁTIMA	CONVITE P/INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE PINTURA E ESCULTURA DO ANO AGOSTINIANO	IDEM
ANMP	ENVIO DO BOLETIM	IDEM
J.F.BIDOEIRA	XVII ENCONTRO DE JUNTAS DE FREGUESIA	IDEM
C.M.LEIRIA	CONVITE P/JOGO DE FUTEBOL UNIÃO DE LEIRIA/RIO AVE	IDEM
C.M.LEIRIA	CONVITE P/JOGO DE FUTEBOL UNIÃO DE LEIRIA /S.C.BRAGA	IDEM
GRUPO LENA	CONVITE P/JANTAR DE ENCERRAMENTO DA V CONVENÇÃO GRUPO LENA	IDEM
UNIÃO DESPORTIVA DA SERRA	CONVITE P/ CERIMÓNIA DE PROTOCOLO DO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO “TANQUE DE APRENDIZAGEM COBERTO”DA ÁREA	IDEM



	DESPORTIVA DE ST.^a CATARINA DA SERRA	
J.F.MONTE REAL	VISITA À FREGUESIA DE MONTE REAL - CONVITE	IDEM
C.M.LEIRIA	ENVIO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO DEPUTADO RUI CASEIRO	ENVIAR AO SR. DEPUTADO RUI CASEIRO
REGIÃO DE TURISMO LEIRIA/FÁTIMA	CONFIRMAÇÃO DA PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE NA REUNIÃO DA COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO	TOMEI CONHECIMENTO
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LEIRIA	CONVITE P/INAUGURAÇÃO DO QUARTEL/SEDE – 20º ANIVERSÁRIO	IDEM

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite Srs. Deputados!

Se não houver objecção por parte dos Grupos Municipais, chamava para compor a Mesa e coadjuvar aos trabalhos, os senhores Deputados Filipe Vieira e Dário Antunes.

Justificaram a sua ausência, o 1º Secretário da Mesa, Deputado Paulo Reis e a Sr.^a Deputada Susana Ervilha, que se faz substituir pelo Sr. Joaquim António Fernandes, o qual ainda não se encontra presente, mas fica desde já autorizada a sua participação nos trabalhos.

Foi recebido também um ofício da Junta de Freguesia de Marrazes, subscrita pelo Dr. António Ferrinho, no qual justifica a sua demissão do cargo de Presidente da Junta daquela Freguesia, alegando razões profissionais e agradecendo toda a colaboração que lhe foi dispensada. Informa ainda que em sua substituição, ficará a Dr.^a Sofia Carreira, que julgo qu já está aqui presente, à qual apresento os meus cumprimentos e desejo-lhe um bom trabalho à frente dos destinos da Freguesia dos Marrazes.



Informo ainda os senhores Deputados, que no final da ordem do dia, irei dar a palavra no período de intervenção do público, a uma munícipe, a D. Nélia Reis, que me fez chegar um pedido, no sentido de poder intervir. Esta senhora não está ainda presente porque lhe disse que só poderia intervir no final dos trabalhos.

Vamos então iniciar o período antes da ordem do dia, com a apreciação e votação da acta, da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2004.

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do Partido Socialista.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista, aprovar a acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2004.

Relativamente ao resumo da correspondência, todos os senhores Deputados o receberam e mais uma vez, volto a lembrar que se alguém desejar consultar ou obter alguma cópia do expediente constante deste resumo, poderá solicitar por escrito à funcionária que dá apoio ao gabinete da Assembleia Municipal e ser-vos-á entregue a respectiva documentação.

Segue-se o período para solicitar esclarecimentos, mediante perguntas orais, à Sr.^a Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições!

DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

João Fonseca, Partido Socialista.

Pretendia apenas um esclarecimento rápido Sr.^a Presidente.

Na passada Assembleia de 18 de Dezembro, aquando da minha intervenção relativamente ao problema das descargas na ribeira dos Milagres, foi dito por si, em resposta à minha intervenção, que se perspectivava ainda no ano de 2004, com a certeza absoluta, que fossem iniciadas as construções das ETAR'S que irão substituir as actuais em funcionamento. Portanto vislumbra-se, a muito curto prazo finalmente, a resolução do problema que tinha claramente que passar por estes trâmites todos do ponto de vista processual. Soubemos através dos meios de comunicação social,

Há bem pouco tempo, que o concurso público está lançado, o qual vai ser pelos vistos, aprovado até meados do Verão. As obras irão arrancar em 2005, não sei se



estas serão informações correctas, na certeza porém de que nada estará a funcionar antes de 2006. Só pretendia fazer a ponte entre a resposta que me tinha dado e as informações que li.

Referiu também que até lá, iria haver uma fiscalização redobrada pelo Ministério do Ambiente, mas concerteza que o problema ainda não está resolvido. Gostaria de saber se essa fiscalização tem sido redobrada dessa maneira e por outro lado, foi também dito por si e cito as suas palavras *"que de qualquer das maneiras irei pedir ao Sr. Presidente que fizesse chegar uma cópia de toda a documentação que tenho deste motor organizativo com capital social, o que é que representa e qual o valor de cada um dos sócios e com quanto é que entra cada uma das associações suinicultoras "*. Toda essa documentação ainda não nos chegou e era importante sabermos se essa documentação vai ser entregue ou não. Obrigado.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite!

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Imprensa.

Duas questões à Sr.^a Presidente, que têm a ver com o EURO 2004.

A primeira tem a ver com a área de envolvência do estádio e com os acessos. Refiro-me necessariamente, à zona da estrada da Estação. Como nos lembramos, foi a primeira a ser intervencionada, a placa foi colocada ainda em época pré-eleitoral e na placa que ainda continua afixada, está lá um prazo de oito meses.

Já trouxemos este assunto aqui e na altura o Sr. Vereador do Pelouro, afirmou-nos aqui, que se previa a conclusão da obra no primeiro trimestre de 2004. Já passou esse trimestre, continua a ser uma zona de muito tráfego, como todos sabemos, é uma zona que está na envolvente do estádio e compreendemos que os passeios da Av. 25 de Abril ficam lá muito bem. É uma zona a recuperar logicamente, mas também gostávamos de ter passeios na estrada da Estação, além de, a última camada de alcatrão ainda não ter sido colocada.

A segunda questão tem também a ver com o EURO 2004, mas é numa área mais de envolvência em termos da nossa cidade, nomeadamente nas suas zonas mais nobres. Estou-me a referir ao "Império dos Dejectos dos Cães" em Leiria.

Sabemos da importância dos cães de companhia, sabemos até quão fino é passear ao fim do dia o "lulu" nas ruas da nossa cidade. Agora não podemos permitir é que,



essas mesmas ruas, onde deviam andar a brincar os nossos filhos e netos, sejam transformadas em autênticas casas de banho dos canídeos. Antes de mais é um problema cívico, pois quem assume ter cães em casa, deve também assumir um conjunto de deveres, que passa pelos seus animais não incomodarem outras pessoas e é também um problema de Saúde Pública e de Administração Pública.

Se a Câmara, que tem um Regulamento de Higiene e Salubridade Urbana, que sabemos bastante exigente, se a Câmara que tem uns serviços de limpeza contratados há largos anos, então porquê não aplicar esse regulamento? Então porquê, não vemos as calçadas pedonais das zonas comerciais mais nobres, a serem lavadas? Recolhe-se o lixo e fica o "presente" do cão, que tem a sorte de viver numa casa e a desgraça do seu dono não ter a consciência cívica, para pegar num saco e recolher os dejectos.

São problemas que julgo serem importantes, não só para nós cidadãos leirienses, mas também para quem vem ao EURO 2004 e portanto é urgente resolver este problema. Obrigado.

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Boa noite!

Rui Caseiro, do Partido Socialista.

Sr.^a Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, caros colegas, senhoras e senhores!

Na última Assembleia Municipal, apresentei à Sr.^a Presidente, uma prova de uma anterior intervenção minha, sobre notícias que foram publicadas num semanário, em que objectivamente diziam que a Câmara, tinha um determinado montante de dívidas. Nessa altura pedi à Câmara, que de alguma forma desmentisse a notícia e se não desmentisse, pelo menos, agisse em conformidade com a lei, para que o jornal pagasse eventualmente as indemnizações, pelo facto de ter levantado uma cabala desse tamanho. Queria saber se foi dado algum passo pelo Município, no sentido de defender a honra.

A outra questão é a velha questão, de nós aqui na Assembleia, apresentarmos requerimentos para que nos dêem determinadas informações e quando elas chegam à nossa posse, não são bem aquilo que tínhamos pedido. Concretamente, em relação à Leirisport, pedi que me fossem dados elementos, que se presumem naturalmente



que deveriam ser até ao final do ano, para que pudéssemos estabelecer alguma comparabilidade e partirmos daí para ver a sustentabilidade do projecto no futuro.

Deram-nos uma lista de despesas e de receitas e quanto à tarefa de desenvolver a comparabilidade com aquilo que estava no projecto, dizem-nos pura e simplesmente que é um tarefa a desenvolver, quando existirem dados mais globais relativos ao cumprimento da época desportiva. Creio que as contas já estão encerradas concerteza e nesse sentido, vou deixar aqui mais uma vez um requerimento, devidamente formalizado, para que me sejam entregues as contas para poder de facto, ter a ideia global do que é que se passa com a Leirisport:

“ Requerimento

Rui Manuel de Sousa Caseiro, membro da Assembleia Municipal, eleito pela lista do Partido Socialista, vem nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Leiria, requerer que lhe sejam entregues, cópias das demonstrações financeiras da empresa LEIRISPORT – DESPORTO, LAZER E TURISMO, EM., reportadas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Mais requer que, as referidas peças sejam acompanhadas pela cópia do parecer do fiscal único, emitido para o efeito.”

Disse, Sr. Presidente!

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS (PPD/PSD)

Boa noite!

José Miguel Martins, PSD.

Venho aqui falar sobre uma situação, que já referi algumas vezes e apelava a quem pudesse fazer alguma coisa por isso.

A zona do aeródromo está transformada numa autêntica lixeira e cada vez está pior. Só quem não tem necessidade de lá passar ou quem não sabe o que lá está a acontecer, é que não vê aquela miséria. E se me permitem, gostaria de deixar aqui uma outra questão para que alguém a levasse em conta.

Sei que estão a ser distribuídos convites aos Srs. Presidentes de Junta, a quem respeito imenso, mas entendo que para os jogos do União de Leiria, os restantes membros da Assembleia Municipal deveriam ter o mesmo tratamento. Não é só pela questão do convite, porque se formos à porta do estádio andam lá a distribuir



convites a quem quiser, mas é pela forma como os restantes elementos estão a ser tratados. Sou adepto do futebol, vou ao futebol quando tenho disposição para tal e não é por qualquer outro motivo que referi esta situação. Acho que devemos ter um tratamento por igual. Boa noite e obrigado.

LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Era só para perguntar à Sr.^a Presidente, relativamente ai IC2, que evoluções e notícias nos pode dar, nomeadamente no âmbito da AMAE ou de algumas das muitas associações de municípios em que participamos ou da nova estrutura, se se continua a falar sobre o tema. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco Francisco!

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Vieram a lume na imprensa, notícias duvidosas sobre relações eventualmente obscuras, entre a Câmara Municipal de Leiria e a Junta de Freguesia dos Marrazes.

Se nos quiserem esclarecer alguma coisa, agradecia.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, passava a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite a todos!

Começava então por fazer os esclarecimentos daquilo que foi solicitado.

Relativamente à questão das suiniculturas e das descargas, aquilo que referi na altura mantém-se, porque a perspectiva da entrega da adjudicação da obra das novas ETAR'S, de acordo com o novo modelo organizacional, continua a ser para o final deste ano. Portanto os prazos dos concursos que foram abertos, são para que a adjudicação seja feita em Dezembro de 2004, com o início imediato em final do ano, princípio de Janeiro.

Como é sabido, quem está a desenvolver este projecto é a RECILIS, que é uma empresa cujos principais accionistas são as associações de suinicultores, em que a Associação de Municípios da Alta Estremadura, participa com pequena percentagem



no capital social. Tanto quanto sabemos e convém de novo esclarecer, compete ao Ministério do Ambiente fazer a fiscalização e por aquilo que sabemos a fiscalização continua e de tal maneira continua que os Autos têm-se sobreposto uns em cima dos outros, quando se consegue detectar, como foi o caso desta última descarga. Tudo indica que teve origem precisamente numa das ETAR's obsoletas das associações de suinicultores e sem qualquer tipo de utilidade neste momento, que apesar disso continuam a ter uma utilização esporádica e foi uma dessas utilizações que deu origem aquela descarga. Tanto quanto sabemos também, por informação do Ministério do Ambiente, foi levantado um auto de contra-ordenações, junto da Associação de Suinicultores. Agora continuo a afirmar, aquilo que disse antes. Este é um problema estruturante e enquanto não estiverem resolvidos os problemas quer dos emissários quer das novas ETAR's, pontualmente há-de surgir uma situação destas. Apesar das contra-ordenações, apesar das coimas, apesar de tudo, a verdade é que as pessoas não têm o seu problema resolvido e a autoridade e aquilo que o Ministério do Ambiente tem vindo recorrentemente a dizer, é que vai incidir a sua fiscalização cada vez mais e sobretudo quando a solução estiver em vias de se concretizar, principalmente sobre aqueles que não aderiram ao sistema.

Relativamente à documentação, tenho efectivamente a documentação. Tenho o modelo organizativo da RECILIS e se o Sr. Presidente achar conveniente, farei chegar para depois ser distribuído pelos membros da Assembleia.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Manuel José Carvalho, depois pedia aqui aos Srs. Vereadores para o esclarecerem, porque são coisas específicas em relação à Estrada da Estação e à problemática de fundo dos cães.

Relativamente aos pedidos dos documentos da Leirisport pelo Sr. Deputado Caseiro, naturalmente que lhe faremos chegar aquilo que o senhor entender pertinente e quiser. Agradeço é cada vez que pedir, que explique aquilo que pretende exactamente.

Relativamente à resposta do jornal, evidentemente que é mentira. Agora, digo-lhe uma coisa, cada um merece a resposta que merece e aquele jornal a mim, não me merece nenhuma respeitabilidade, nem seriedade jornalística para me dar ao trabalho de lhes estar a responder. Uma coisa é certa, o que lá diz não é verdade.

Aquilo que o senhor me mostrou não é verdade e para a minha consciência e para a das outras pessoas, basta eu dizer isso.



Relativamente às questões do Deputado Luís Pinto, julgo que é importante esclarecer.

Em relação à IC2, não temos nenhuma confirmação. Temos feito várias diligências, várias propostas e sugestões, pelo menos para se tentar eliminar os pontos mais complicados e a informação que tivemos, é que nem aquele ponto que é o ponto mais negro do País, na zona do Casal da Cortiça, em que cada vez que chove há um acidente, nem nesse ainda começaram as obras. Estou também informada, já averigui isso junto do IEP a nível nacional, que o mini projecto está aprovado e estão dadas instruções para a obra avançar. Portanto não lhe posso adiantar mais sobre o assunto, porque a obra não é nossa. É lamentável e não posso deixar de lamentar o que se está a passar em relação à não intervenção no IC2 e o mais que posso pedir, é a vossa solidariedade para continuarmos nesta luta, para pelo menos, estes dois ou três pontos, nomeadamente o do Casal da Cortiça, seja intervencionado, porque pelo que sei não é uma intervenção complexa.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Francisco Francisco, lamento muito a forma como o senhor a dirigiu.

E pergunto, que relações obscuras? É muito estranho Sr. Deputado, porque quando fala neste tipo de coisas deve medir aquilo que está a dizer. Quem ouve, pode pensar que aqui há uma traficância de interesses ou coisas mais estranhas e eu não posso de maneira nenhuma admitir, que o senhor diga isso em relação à Câmara de Leiria, porque é completamente falso. O que se passou na Junta de Freguesia dos Marrazes é da inteira e exclusiva responsabilidades da Junta de Freguesia dos Marrazes. Todos os senhores Presidentes de Junta sabem que, a autonomia e a independência, têm sido sempre o nosso apanágio. Agora o que posso dizer é que efectivamente recebi do Sr. Presidente da Junta um ofício, idêntico ao que o Sr.

Presidente há pouco leu, dizendo que ia assumir novas responsabilidades na instituição de onde saiu e portanto abandonava a Junta de Freguesia.

Portanto agradecia que o senhor Deputado medisse as coisas antes de as afirmar. Acredito que não foi com qualquer intenção, mas é preciso ter algum cuidado naquilo que se diz.

Sr. Presidente se me permite, dava então a palavra ao Sr. Vereador, para dar os esclarecimentos sobre a Estrada da Estação e depois à Sr.^a Vereadora Neusa, sobre a situação dos cães.



VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador.

Em relação à Estrada da Estação e tendo em conta que falta colocar a última camada de desgaste, o timing que estava previsto para a intervenção era há quinze dias atrás. O empreiteiro não conseguiu cumprir essa data, aliás ainda hoje houve uma conversa com ele sobre esse assunto, desculpou-se que haviam outros trabalhos e que não conseguiu concluir. Mas prometeu que na segunda semana de Maio, iniciaria e concluiria o trabalho. É a única coisa que vos posso dizer.

VEREADORA (NEUSA MAGALHÃES)

Boa noite a todos!

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel José Carvalho, tenho a informar que é uma questão a que a Câmara tem estado atenta.

Aliás, a ver pelo último projecto que foi lançado e que foi amplamente divulgado, quer pela comunicação social escrita, quer pela televisiva, o Canal 1 divulgou amplamente um sanitário para caninos, ali junto à Av. Marquês de Pombal.

É uma questão a que estamos atentos, posso adiantar-lhe que estamos a adquirir dispensadores para colocar em zonas onde não é possível fazer sanitários para caninos. Em algumas urbanizações que a densidade populacional justifique, serão feitos mais sanitários, os quais têm estado a ser utilizados e os donos dos animais têm-nos congratulado por esta acção. Agora é importante dizer-se que há ainda uma grande falta de civismo e só com um fiscal atrás dos donos, é que conseguiríamos impor e fazer cumprir as normas.

Isto para responder à questão do regulamento que é de facto rigoroso. De qualquer maneira estamos atentos e tudo estamos a fazer para minimizar essas situações.

Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos entrar no período da apreciação de assuntos de interesse para o concelho.

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado Diamantino Caçador, tem a palavra.



DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite!

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.

Na última Assembleia Municipal, o Grupo de Cidadãos Independentes, apresentou um requerimento à Mesa, para que nos fosse facultado um relatório, descriminando todas as receitas e despesas do Estádio Municipal de Leiria. Despesas essas, referentes ao acordo entre a Leirisport e a União de Leiris/SAD, no período compreendido entre 19 de Novembro de 2003 até à data da referida Assembleia.

O que me traz aqui hoje, é o facto de me sentir revoltado e insatisfeito.

Primeiro como membro do Grupo d Cidadãos Independentes, por constar na resposta da Leirisport apenas a solicitação do PS e não referir que a mesma solicitação, tinha sido também do Grupo de Cidadãos Independentes.

Propositadamente ou não, é lamentável.

E em segundo, como Deputado desta Assembleia, considero uma total falta de respeito para com esta instituição, o relatório que foi apresentado. Não estamos aqui só para passar o tempo, o qual nos é bastante precioso, estamos aqui porque fomos eleitos para tal e fazemos questão de honrar esse compromisso que assumimos.

Não podemos admitir, que em resposta a um direito que nos assiste, respondam com contas de merceeiro. Fomos bem claros, ao solicitar que nos apresentassem todas as receitas e despesas, inerentes ao acordo da Leirisport/UDL, efectuadas entre o início do acordo e o dia da última Assembleia. O relatório que nos foi apresentado apenas refere despesas, os pagamentos à UDL. E as restantes despesas? O estádio não tem despesas de funcionamento? Não tem despesas de pessoal, serviços, externos, segurança, manutenção e publicidade?

Com tanta falta de rigor e precisão nas despesas, prescindimos de analisar as receitas. No entanto, era importante saber, qual a percentagem de venda de lugares da época e dos camarotes e qual a percentagem de bilhetes vendidos e oferecidos.

Para terminar, volto a deixar à Mesa, um pedido de informação, na forma de requerimento à Mesa, reiterando o que citámos na anterior Assembleia e passo a ler:

“Requerimento

O Grupo de Cidadãos Independentes em sede da Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária a 29 de Abril de 2004, requer que no prazo de 30 dias, seja disponibilizado um relatório descriminando todas as



receitas e despesas do Estádio Municipal de Leiria, imputáveis ao contrato celebrado entre a Leirisport, EM e a União de Leiria, SAD e constantes das 7 alíneas da cláusula 1º que define o objecto desse contrato. Este relatório deve reportar-se ao período já decorrido de vigência do mesmo contrato, mais precisamente desde o dia 19 de Novembro de 2003 até ao dia 30 do corrente mês de Abril”.

Tenho dito. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Deputada Sofia Carreira, Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes.

DEPUTADA SOFIA CARREIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES)

Boa noite!

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta, público em geral e Comunicação Social.

Pretendo essencialmente apresentar-me a todos os presentes, como Presidente de Junta dos Marrazes e expressar a minha disponibilidade, bem como de todo o executivo que integro e que represento, para tudo o que considerarem útil e necessário.

Sr.^a Presidente dirijo-me à sua pessoa, no sentido de lhe pedir a sua disponibilidade para todos os projectos que existem para a Freguesia e de apresentar a nossa disponibilidade quer para a Câmara quer para a Assembleia, para que possamos trabalhar da melhor maneira ao longo do período que ainda nos resta. Muito obrigada e boa noite.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigada Sr.^a Presidente da Junta.

Sr. Deputado Manuel José Carvalho.



DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Tenho aqui duas questões para colocar, antes da ordem do dia.

A primeira, prende-se com a notícia que foi veiculada ainda ontem, nos canais de televisão, acerca de uma má notícia, passada com um atleta de um clube do nosso concelho, nomeadamente o Atlético Clube da Sismaria, que nos acorda para o que às vezes se passa no desporto dito amador.

Felizmente, aquilo que se passou, foi devidamente escalpelizado pela direcção, que soube chamar a atenção para os valores que devem imperar no desporto da formação, acima de tudo deve ser uma escola de formação de homens e mulheres, de cidadãos. Estranha-se, é que alguns dirigentes associativos, em vez de desmascararem estas atrocidades, ainda as quisessem ocultar, mas graças ao ACS e aos seus dirigentes e à Associação Portuguesa de Andebol, fez-se justiça pela primeira vez e que sirva de exemplo.

A segunda questão, por caso, veio logo a seguir à apresentação da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia dos Marrazes, a quem saúdo. Apesar de tudo, esta Assembleia Municipal e nós, Cidadãos Independentes, não deixamos de ficar preocupados, porque apesar de ter sido apresentado o pedido de demissão do Sr. Presidente da Junta, há outras questões que se levantam.

Não é uma Junta de Freguesia qualquer, é só a maior das freguesias do nosso concelho e tanto quanto sabemos, o Presidente demissionário, é representante concelhio na ANAFRE. Isto levanta-nos algumas questões.

Outras questões que se nos levantam, são realmente as notícias dos próprios jornais, em que se ouvem dirigentes partidários, do PSD, a terem discursos diferentes. E portanto, é importante que saibamos o que é que realmente se passou, porque acima de tudo, esta a honorabilidade das pessoas que representam cargos públicos e em nosso entender, não deve ficar qualquer tipo de suspeição.

Nós grupo de Cidadãos Independentes, enquanto membros da Assembleia de Freguesia, participámos na discussão, votámos a favor de uma auditoria, ao que sabemos, ela própria foi pedida pelo Presidente demissionário, não compreendemos porque é que essa auditoria não passou, mas leis democráticas são mesmo assim.



Quanto à votação, como sabem, foi por voto de qualidade que não passou essa auditoria ao IGAT e ao Tribunal de Contas. Mas como se costuma dizer, “quem não deve não teme” e a bem da honorabilidade das pessoas, era bom que essa situação fosse de vez esclarecida, para que quer os que saíram, quer os que se mantêm em funções, não sofram qualquer névoa sobre a sua honorabilidade.

Falou-se aqui há pouco e eu também gostava de saber Sr.^a Presidente, sobre isto, um processo que já se arrasta há muito tempo, concretamente a transferência de verbas da ZICOFA/Câmara/Junta de Freguesia. O que ouvimos dizer, é que a Junta de Freguesia se queixa de que as verbas não estão a chegar em devido tempo. Quais serão as dificuldades e o que é que se passa exactamente. Muito obrigado.

DEPUTADO LUÍS BRANQUINHO CRESPO (PPD/PSD)

Boa noite!

Luís Branquinho Crespo, PSD.

Apenas uma pergunta à Sr.^a Presidente.

Creio que há mais de um ano, vim aqui e manifestei o quão importante era para o PSD, o problema do abastecimento da água à cidade de Leiria. Gostaria por isso de saber exactamente, em que pé é que estão as coisas.

Creio que li, já há uns tempos, que haveria a hipótese de se voltar a repetir aquilo que aconteceu. Não posso precisar onde é que li e por isso gostaria de saber como é que estão as coisas.

DEPUTADA ISABEL GONÇALVES (PS)

Boa noite!

Isabel Gonçalves, do Partido Socialista.

Venho aqui apresentar a seguinte **Moção**:

“ A construção do Aeroporto da OTA é um desígnio nacional que importa garantir e clarificar.

A escassez de informação e, as contradições do Senhor ministro das Obras Públicas e de diferentes membros do Governo são preocupantes, não dando garantias da concretização do projecto em tempo útil.



A falta de iniciativa e os medos que norteiam as posições do Governo, paralisaram o projecto, tornando impossível o início da construção em 2006, se não forem feitos todos os estudos e projectos financeiros prévios.

Os atrasos na construção do Aeroporto prejudicam o interesse nacional, beneficiando apenas o País vizinho, condicionando toda a estratégia nacional e política de transportes.

Os projectos TGV e OTA são indissociáveis, devem obedecer a uma estratégia única de afirmação dos interesses de Portugal, não sendo aceitável que o Governo não valorize a importância de conjugar os dois projectos.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 29 de Abril, considera a construção do Aeroporto da OTA, um projecto estruturante e fundamental para o desenvolvimento regional e nacional, exigindo ao Governo a clarificação das suas intenções e o cumprimento dos prazos para a sua construção e conclusão.”

O Partido Socialista submete esta Moção à votação!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Dois assuntos!

O primeiro é uma chamada de atenção ao executivo da Câmara Municipal, relativamente à contribuição autárquica. Há aumentos exageradíssimos e há já de uma maneira geral, uma forte contestação das pessoas. Penso que os aumentos em

Muitos casos chegam a atingir os 100%, duplicam, na altura sabíamos que poderia haver estes desvios, mas no fundo não havia muita certeza.

Queríamos saber se a Câmara já tem mais informações sobre esta matéria e o que é que pensa fazer. Se haverá alguma compensação no próximo ano ou se será apenas algum ajustamento.

O outro assunto, é que passaram-se trinta anos sobre o 25 de Abril e propunha a todos os Grupos Municipais, que votássemos aqui uma Moção de Saudação, não só a todos aqueles que fizeram a revolução do 25 de Abril, mas também a todos aqueles que têm construído a democracia, ao longo destes trinta anos:

MOÇÃO



“ A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 29 de Abril de 2004, saúda todos os que fizeram o 25 de Abril de 1974 e todos os portugueses que participaram e vão consolidando a democracia em Portugal”

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Senhores Deputados, esta Moção foi subscrita pelos seguintes Grupos Municipais:

Partido Socialista, PSD, CDS/PP e Cidadãos Independentes.

Alguém se quer pronunciar sobre o conteúdo desta Moção?

Sr. Deputado Manuel Gago, faça favor!

DEPUTADO MANUEL GAGO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BIDOEIRA)

Eu voto contra, porque considero isto “arranjinhos”.

Muito obrigado.

DEPUTADO DOMINGOS NEVES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ST^a CATARINA DA SERRA)

Como cidadão livre e independente, assisti e participei nas cerimónias comemorativas do 25 de Abril, como era o meu dever. Portanto, acho desnecessária esta Moção agora apresentada, porque não passa de um folclore. Daí o meu voto de abstenção.

DEPUTADA ISABEL GONÇALVES (PS)

Bem, só quero dizer que estou realmente chocada com as posições destes nossos companheiros de Assembleia. Eles esquecem-se, que hoje estão aqui sentados, porque houve o 25 de Abril, senão não estavam aqui e esquecem-se que têm hoje a possibilidade de falar contra membros do Governo ou contra aquilo que quiserem.

Portanto devo dizer, que voto esta Moção como muito orgulho e que nunca nos devemos esquecer que houve o 25 de Abril. Foi a liberdade que conquistámos ao fim de cinquenta anos de ditadura, portanto voto favoravelmente e gostava de dizer também, que nunca se deve perder uma oportunidade de nos unirmos em torno do 25 de Abril porque foi uma conquista muito grande para todos os portugueses.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Deputada, ser democrata é isto mesmo! É deixar que cada um se exprima à sua vontade.

Sr. Deputado deseja intervir? Faça favor!

DEPUTADO ILÍDIO FERNANDES (CDS/PP)

Boa noite!

Tinha uma opinião completamente diferente há uns minutos atrás. No entanto, vejo-me obrigado, como ex-militar, a quem o Governo de então só porque eu e muitos, deixámos uma precedência para Setembro, tivemos que ir para o Ultramar, onde estive desde 1971 a 1973. Não aceito lições de quem não andou lá e nem sabe muito disso. Só por esse facto voto contra.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

De facto ninguém se pode queixar que não impera a democracia aqui nesta Assembleia.

Vou colocar a Moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com 28 votos a favor, onze abstenções e dois votos contra, aprovar esta Moção de Saudação ao 25 de Abril.

Senhores Deputados!

O período de perguntas orais à Sr.^a Presidente já estava encerrado. Mas parece-me, que o que têm feito até agora foram perguntas orais à Sr.^a Presidente. O período que está em aberto é para intervenções políticas sobre assuntos de interesse para o concelho!

Vamos então passar ao período das intervenções políticas e depois pôr à votação a Moção que deu entrada na Mesa.

Sr.^a Presidente pode responder, se assim entender, às questões colocadas!



PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Nem todas as questões foram perguntas, mas as que forem tentarei esclarecer.

A primeira, foi relativamente às transferências da ZICOFA para a Junta de Freguesia dos Marrazes. Aquilo que está contemplado em termos de protocolo com a Junta de Freguesia, é fazermos as transferências, após a dedução das receitas das vendas dos terrenos e após a dedução dos custos que a Câmara teve com as infra-estruturas.

O que ficou combinado com a Junta, ainda no tempo do Sr. Presidente de Junta anterior e com os respectivos membros do executivo, era que a verba apurada e que está na fase final de apuramento, após a realização e encerramento das empreitadas todas de infra-estruturas, seria de imediato disponibilizada, logo que o projecto para o qual a Junta de Freguesia tinha ideia de aquela verba se destinava, se não mudarem de ideias, a Câmara disponibilizaria o dinheiro. Como efectivamente ainda não está em vias de se iniciar essa obra, o que ficou acordado foi que o dinheiro não se disponibilizava todo e todos os meses por conta a Câmara, disponibilizava à Junta de Freguesia cinco mil contos. Está a ser cumprido religiosamente, desde que este acordo foi feito, desde Setembro/Outubro do ano passado e continuamos a dizer à Junta de Freguesia dos Marrazes, que quando iniciar esse projecto para o qual tem pensado, se canalizarão as verbas da ZICOFA e disponibilizaremos o dinheiro à medida que a obra for avançando.

Relativamente à questão da situação da água, colocada pelo Deputado Branquinho Crespo, a situação é a seguinte:

Tive ontem a informação, que finalmente foi aprovada a constituição da empresa do sistema multimunicipal. Depois das várias vicissitudes que referi aqui na Assembleia anterior, após a constituição da empresa, avançarão de imediato para a realização dos projectos e para a obra.

De qualquer das formas, como foi um processo muito moroso e ainda vai ter alguma morosidade na preparação da empresa a fazer projectos e concurso, a Câmara de Leiria/Serviços Municipalizados, naquilo que é o mais importante, que é completar o sistema de abastecimento de água à cidade, fez por antecipação o que posteriormente será assumido pela empresa municipal, o seguinte:

Elaborou-se o projecto de captação, tratou-se do desenvolvimento do processo de furos em Amor, com as respectivas análises de água, tendo-se concluído que está



em condições, em termos de qualidade e que é um abastecimento de água complementar muito importante, projectou-se a forma de trazer através de conduta a água de Amor para a cidade, para os depósitos da Gândara e neste momento está em preparação, já a finalizar, o concurso para fazermos esta empreitada.

Isto significa que, sem grandes vicissitudes, daqui a um ano temos este processo completo. Irá ser assumido pela empresa multimunicipal, a qual seguidamente irá avançar para a Mata do urso. Portanto, ficaremos numa primeira fase, com o abastecimento de Amor complementando o abastecimento da Barosa e depois numa segunda fase a ligação à Mata do Urso e ainda poderá haver uma terceira fase com ligação ao Mondego.

Isto é o que se prevê a muito curto prazo e como disse, fomos fazendo antecipadamente, porque não podíamos estar toda a vida à espera que a empresa se constituísse.

Relativamente à questão de eventualmente voltar a suceder a situação de falta de água, evidentemente que não agrada a ninguém que volte a acontecer uma situação daquelas, ou seja, poluições significativas na água da nascente. Mas se isso acontecer, já temos a solução dos Parceiros/Barosa a funcionar e o que acontece é que não será a mesma coisa que foi há dois anos. Poderão haver alguns cortes ou algum abastecimento condicionado, mas a situação nunca será igual.

Relativamente às dúvidas do Deputado Luís Pinto, sobre a contribuição autárquica, o panorama é o seguinte:

Em relação aos dados actuais, a única coisa que podemos dizer, aliás isto está no relatório financeiro deste ano e deste período, é que houve uma quebra na sisa este ano neste espaço de tempo, em cerca de 65% face ao que aconteceu em 2003. Em 2003, como também viram no relatório, a quebra da sisa face a 2002 foi de 16%.

Relativamente à contribuição autárquica, não temos ainda dados objectivos, porque as cobranças ainda estão a decorrer. O prazo não terminou, temos uma indicação das Finanças/Ministério, que a perspectiva apenas daquilo que já foi cobrado, é que haverá relativamente a 2003 um aumento de cerca de 20%. Isto é uma amostragem muito pequena, estamos a falar daquilo que foi cobrado e não do que foi emitido e só depois é que poderemos saber qual a projecção. No entanto a dúvida que se põe, é saber se a autárquica dará para cobrir a quebra da sisa. Ainda fica esta dúvida por esclarecer.



De qualquer das formas, tal como disse aqui, aquando da apresentação do novo imposto, do IMI, este ano iríamos analisar o comportamento e se fosse correcto, se víssemos que isso era muito penalizador para o contribuinte, desceríamos percentualmente as taxas. Vamos ver qual é o reflexo que isto irá ter em termos de receitas e naturalmente na altura certa, quando formos fixar as taxxas para 2005, cá estaremos para analisar.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente.

Vamos entrar então no período de intervenções políticas!

Se não há intervenções, vamos passar à discussão da Moção que foi apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, a qual passo a ler:

Moção

“ A construção do Aeroporto da OTA é um desígnio nacional que importa garantir e clarificar.

A escassez de informação e, as contradições do Senhor ministro das Obras Públicas e de diferentes membros do Governo são preocupantes, não dando garantias da concretização do projecto em tempo útil.

A falta de iniciativa e os medos que norteiam as posições do Governo, paralisaram o projecto, tornando impossível o início da construção em 2006, se não forem feitos todos os estudos e projectos financeiros prévios.

Os atrasos na construção do Aeroporto prejudicam o interesse nacional, beneficiando apenas o País vizinho, condicionando toda a estratégia nacional e política de transportes.

Os projectos TGV e OTA são indissociáveis, devem obedecer a uma estratégia única de afirmação dos interesses de Portugal, não sendo



aceitável que o Governo não valorize a importância de conjugar os dois projectos.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 29 de Abril, considera a construção do Aeroporto da OTA, um projecto estruturante e fundamental para o desenvolvimento regional e nacional, exigindo ao Governo a clarificação das suas intenções e o cumprimento dos prazos para a sua construção e conclusão.”

Esta proposta foi subscrita por sete Deputados do Partido Socialista es tão abertas as inscrições para a discussão!

Inscreve-se o Deputado Olegário Angélico. Faça Favor!

DEPUTADO OLEGÁRIO ANGÉLICO (PPD/PSD)

Olegário Angélico, PSD.

Em relação à Moção que nos foi apresentada, ainda recentemente no Parlamento, por iniciativa do Partido Socialista, o Senhor Ministro se deslocou a explicar a problemática da construção do Aeroporto da Ota. E contrariamente ao que está dito na introdução da Moção, foi explicado quer a opção da construção do Aeroporto da Ota, quer a sua calendarização a partir de 2007, estando nesta altura o projecto na fase de estudo. Por isso o Grupo Municipal do PSD não concorda com aquela formulação e vai votar contra.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação!

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com votos contra do PSD e PP, as abstenções dos Cidadãos Independentes e os votos favoráveis do PS, rejeitar a Moção.



ORDEM DO DIA

Vamos entrar na ordem de trabalhos:

- 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



Sr. Deputado Rui Caseiro, faça favor!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Rui Caseiro, Partido Socialista.

Este documento que vamos agora apreciar, é um documento que nos devia ter sido apresentado no princípio de Janeiro ou nos fins de Dezembro de 2002, antes de ter sido elaborado o primeiro balanço. Há aqui uma contradição técnica, entre os documentos que se vão seguir.

Era bom, que definitivamente a partir de hoje, passássemos a andar de uma forma mais organizada, para darmos uma imagem de um concelho que é a testa de uma Associação de Municípios do ex-distrito.

Só tenho uma dúvida. Quando é que isto foi valorizado e quando é que de facto esses valores produzem efeito? Porque se isso deveria ter começado em Janeiro de 2003, entretanto naturalmente que houve algumas inflações, é um problema técnico que temos aqui para resolver. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais inscrições? Não há.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório de Actividades do Município e Relatório Financeiro.

Vamos passar ao segundo ponto!

2. INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

A Sr.ª Presidente deseja dar algum esclarecimento?

Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Interessa dar naturalmente uma explicação. Estes documentos relativos ao inventário, não foram distribuídos porque era impossível isso ser feito. Estão à vossa disposição para consulta nos serviços financeiros da Câmara, não estão ainda feitas



as valorizações e o inventário total dos imóveis e dos bens materiais do Município, até porque se tem verificado, à medida que se vai avançando na inventariação, que há muita coisa que não estava registada, sobretudo terrenos. Existem algumas escolas que foram construídas e depois não foram feitos os respectivos registos.

Evidentemente que esse facto dá uma informação incompleta.

De qualquer das formas, a informação que fica é que, como disse, o inventário está aberto à consulta dos Srs. Deputados, uma vez que a distribuição é impossível dado o volume de documentação que comporta.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Presidente, pedia-lhe que me fizesse chegar só o inventário dos imóveis, porque o que nos distribuíram é de facto exagerado em termos de conteúdo. Tem cadeira, muita mesa, etc, e realmente o que nos tem sido pedido por alguns Presidentes de Junta e Deputados, é apenas o inventários sobre bens imóveis.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Concerteza Sr. Presidente!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar de seguida ao ponto n.º 3.1!

3.1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Estão abertas as inscrições!

Tem a palavra o Sr. Deputado Diamantino Caçador.

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.



Mais uma prestação de contas do no Município, mais uma manifesta despreocupação em apresentar documentos credíveis, ou manifesta incapacidade em produzi-los. Faço uma breve análise aos documentos em questão.

Relativamente ao Balanço, um documento fundamental para a análise de qualquer instituição privada ou pública, este deveria ser um espelho da situação da Câmara Municipal de Leiria, à data que reporta. Deveria ser possível, numa análise simples, perceber por um lado quanto valem os bens da Câmara Municipal de Leiria e quais são os seus direitos, e por outro lado, quanto é que a Câmara Municipal de Leiria deve. Para tal, era necessário que este documento fosse fidedigno, era necessário que toda a realidade fosse nele expressa e que os seus valores fossem coerentes.

O teste básico incontestável, é que o activo seja igual à soma dos fundos próprios como passivo, ou seja, que as aplicações sejam iguais aos recursos. E tal como as contas de 2002, o Balanço apresentado pelo executivo não passa no teste simples.

O activo, ou seja as aplicações da Câmara Municipal de Leiria, são inferiores ao passivo e fundos próprios, na ordem dezoito milhões de euros, falta reflectir no Balanço, cerca de 25% do activo da Câmara Municipal de Leiria.

A justificação que nos foi dada em relação às contas de 2002, dificuldade de adaptação ao POCAL, não pode ser aceite um ano depois. Para além de faltar uma parte substancial dos elementos do Balanço, parte dos valores nele constantes não correspondem aos inscritos nos anexos ao mesmo.

Vejamos alguns exemplos:

Fornecedores de Imobilizado – O Balanço indica o valor de um milhão e seiscentos e quinze mil seiscentos e cinquenta e cinco euros; No mapa onde descreve todas as dívidas, está o valor de um milhão seiscentos e treze mil seiscentos e cinquenta e cinco euros. Uma diferença de cerca de dois mil e trezentos euros.

Investimentos Financeiros – O Balanço indica que a Câmara Municipal de Leiria, detinha em participações noutras empresas, em 31 de Dezembro de 2003, o montante de três milhões trezentos e oito mil e seiscentos euros; No mapa de activos de rendimento fixo, ou seja, onde estão discriminadas essas participações, temos um valor de sete milhões trezentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta euros. Falta então no Balanço, quatro milhões de euros aproximadamente.

Passemos à demonstração de resultados.



Este documento, temo como finalidade registar todos os custos e proveitos resultantes do funcionamento da Câmara Municipal de Leiria, durante o ano em questão e daí, se deve extrair o resultado dessa actividade, em termos de lucro ou prejuízo. Para que este resultado seja real, é necessário que nada falte registar e que os princípios contabilísticos sejam respeitados. Al como o Balanço, este documento não pode ser considerado fiável e o resultado que apresenta, de quatro milhões novecentos e onze mil quinhentos e cinquenta e sete euros, não pode ser aceite como correcto.

Passo a demonstrar:

Como é que podemos considerar este resultado líquido, se o mesmo é suportado num Balanço que não está correcto, no qual faltam valores na ordem dos 25%?

Não estão contabilizadas as amortizações, ou seja, não é considerada qualquer depreciação do imobilizado da Câmara Municipal de Leiria num cálculo simples e não considerando as imobilizações em curso, as quais têm um valor significativo e incompreensivelmente alto. Considerando também uma taxa de amortização baixa, de 5%, faltam no Balanço cerca de cento e sessenta mil euros.

Na contabilização das provisões para “Férias e Subsídios de Férias”, calculando com base nos valores que apresentam no Balanço em termos de Pessoal, faltarão registar provisões, no valor de um milhão e oitocentos e cinquenta e dois mil euros.

Não entendemos como é possível, que com o aumento do endividamento, os custos e perdas financeiras passem de 14,8 milhões de euros em 2002, para 1,3 milhões de euros em 2003. A descida das taxas de juro não é justificação, porque só nos empréstimos a médio e longo prazo, nos encargos em juros, subiram de cerca de setecentos mil euros para novecentos e setenta mil euros.

Não se aplicou o método de equivalência patrimonial, método este que não foi ressalvado na informação prévia da Câmara Municipal de Leiria. Ou seja, as participações da Câmara Municipal noutras empresas, não foram reavaliadas, por exemplo, a sua participação na Leirisport não foi reavaliada. Custa-nos a acreditar que uma empresa que está em falência técnica, tenha o mesmo valor que tinha na sua constituição.

Não entendemos também, o aumento dos custos e perdas extraordinárias em 85%, de 5,9 milhões de euros, para 10,9 milhões de euros. Nada nos demonstra e explica



este aumento. Havendo a utilização dos contratos de factoring, perguntamos onde estão identificadas as responsabilidades com esta utilização.

Gostaria de fazer agora uma análise ao Relatório de Gestão, o qual começa por afirmar, que houve um acréscimo de receitas de 2001 para 2003, na ordem dos 63%. Mais uma vez a falta de precisão e de cuidado nestes documentos chega ao absurdo.

Primeiro, de quarenta e seis milhões novecentos e vinte e dois mil oitocentos e setenta e seis para setenta e quatro milhões seiscentos e oitenta e três mil, existe um acréscimo de 59% e não de 63%, como está escrito no relatório. Por outro lado, é importante observar de onde vem este acréscimo e que despesas suportou. De facto, estamos a falar do aumento das receitas, por mero recurso ao endividamento, 80% do aumento das receitas deveu-se ao empréstimo de médio e longo prazo, de vinte e dois milhões quatrocentos e sessenta mil euros. As despesas que suportou foram sem dúvida a construção do Estádio e os buracos orçamentais da Leirisport.

Neste relatório, é de louvar de facto, o bom desempenho económico dos munícipes, com o pagamento de impostos a superar as dotações atribuídas.

Em relação ao mapa de controlo orçamental. A execução orçamental das despesas, encontra-se na ordem dos 73% na despesa corrente, com 85,63% de execução, e na despesa de capital apenas 66,86%, a execução orçamental na receita na ordem dos 58,9%.

As dívidas a terceiros, a médio e a longo prazo, aumentam em 58%, não contando com os empréstimos aprovados em Dezembro de 2003, na ordem dos dezanove milhões e quatrocentos mil euros. De notar, que estes valores foram retirados do mapa de empréstimos e que os mesmos não correspondem aos valores inscritos no Balanço.

As dívidas a curto prazo, pelos valores constantes no Balanço, houve um aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, na ordem dos 4%. Ou seja, a Câmara deve mais aos seus fornecedores cerca de 4%.

E perguntamos o que foi feito dos contratos de factoring, se de facto já estão em execução e se estão, como é possível com o endividamento a curto prazo a terceiros



da Câmara Municipal de Leiria, que tenha aumentado. Se não, o que é que está a ser feito para a Câmara Municipal honrar os seus compromissos.

Para terminar, não querendo ser mais exaustivo, não posso deixar de salientar mais alguns pontos que revelam mais uma vez, a tremenda falta de clareza nos números apresentados.

A rubrica "Outros", tem um peso grande demais, para não estarem discriminadas e identificadas. Como exemplo, a conta de Pessoal, no montante de quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e noventa e um euros, não são discriminados; contas de diversos pagamentos a Pessoal, no valor de cerca de cem mil contos não estão discriminados; outros trabalhos especializados no valor de um milhão duzentos e setenta e oito mil euros, que representa 15% da aquisição de serviços também não estão discriminados. E entre outros exemplos que aqui tenho, apelamos só à clareza porque os outros não podem ser nunca representativos.

Como conclusão e concordando com a nota prévia da Sr.^a Presidente, que omite no entanto o método da equivalência patrimonial, que não se observou, esta prestação de contas não transmite uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e do desempenho da Câmara Municipal de Leiria.

Estão de facto afectados os mais básicos princípios contabilísticos. Se queremos dar alguma credibilidade a esta instituição, não podemos aprovar estas contas.

Mais, na nossa opinião, estas contas não devem ser colocadas à votação e como tal, apelamos à Sr.^a Presidente, que solicite à Mesa a retirada deste ponto da ordem de trabalhos e que volte a apresentar as contas do exercício de 2003, quando as mesmas se encontrarem aptas a ser discutidas e votadas. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Rui Caseiro!

DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Começo por estar de acordo com esta última parte da intervenção do colega que me antecedeu. Acho que de facto era bom para o Município, que déssemos aqui digamos



assim, uma prova de alguma verticalidade e fossem retiradas as contas para serem reajustadas, acertadas, consertadas e de novo apresentadas à Assembleia.

Sr. Presidente, o colega que me antecedeu, demonstrou claramente que estas contas são umas contas quase de mercearia, desculpar-me-á o termo. Não quero com isto ofender ninguém, há aqui simplesmente valores que são completamente disparatados e fora do consenso. Vou só referir mais um.

Relativamente ao Balanço, como ele referiu, tem de facto nos fornecedores/contas correntes, o valor de um milhão seiscentos e quinze mil euros e nos fornecedores/imobilizados, seis milhões duzentos e oitenta e nove mil euros. Isto soma sete milhões novecentos e quatro mil euros e no mapa dos compromissos a pagar, tem uma verba de catorze milhões de euros. Logo aqui à partida, há uma diferença para o dobro dos compromissos que estão assumidos e que não estão evidenciados no Balanço.

Por isso mesmo, se efectivamente não forem retiradas as contas, aconselharia o Sr. Presidente a reflectir, como o fez em relação à Leirisport e pedir uma inspecção ao

IGAT ou a outra entidade do género, para verificar da regularidade destas contas. No âmbito das responsabilidades que já tem e como já assumiu uma vez perante esta Assembleia, dada a falta de saída política para o assunto, se calhar em relação a este caso, que temos vindo a falar desde 2002, teremos que ponderar seriamente nessa hipótese.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Se não há mais inscrições, dava a palavra à Sr.^a Presidente”

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sr. Presidente, responderei naturalmente mas fazendo uma análise política do assunto.

Eu não sou técnica de contas nem faço análise de documentos políticos, ou melhor, sou, mas não aqui. E portanto, queria apenas esclarecer o que foi dito logo ao início, que estas contas efectivamente não expressam a totalidade dos bens inventariados.

A partir daí, naturalmente que está explicado todo o fenómeno, não são apresentadas as amortizações nem provisões por este facto, enquanto o inventário não estiver completamente concluído, naturalmente que assim isto não é possível fazer-se e aí sim, dá uma informação incorrecta da verdade. Os dados que aqui estão



são dados reais, são incompletos como o foram o ano passado e com têm sido unanimemente aceites pelo País inteiro, pelo Tribunal de Contas, enquanto não se chega à avaliação total e sem qualquer tipo de falhas dos bens da titularidade do Município. É esta a explicação para não existir uma coerência total, relativamente ao Balanço e à demonstração de resultados. Agora, o que lá está é rigoroso e é certo.

Relativamente ao factoring, o entendimento que os senhores sempre tiveram do factoring é diferente daquilo que já expliquei aqui várias vezes.

O factoring que praticamos na Câmara Municipal, é a pedido dos fornecedores e não o aplicamos exaustivamente a todos, isto é, à medida que eles querem e por isso não é um factoring imposto pela Câmara, é uma cessão de créditos, é aí que está a diferença. Se aparece um fornecedor e faz um pedido de cessão de crédito, naturalmente que a Câmara concede, se não faz, como há muitos que não o fazem, entra naturalmente na rubrica de fornecedores, relativamente aos quais temos dívidas.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos então passar à votação do ponto n.º 3.1 – Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas de 2003 da Câmara Municipal de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da faculdade que lhe é conferida pela alínea c), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera por maioria, com os votos favoráveis do PSD, as abstenções do PP e os votos contra do Partido Socialista e dos Cidadãos Independentes, aprovar os documentos de prestação de contas de 2003 da Câmara Municipal de Leiria.

<p>3.2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;</p>

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado Rui Caseiro.



DEPUTADO RUI CASEIRO (PS)

Vou aqui relatar um facto, que ocorreu numa Assembleia de Freguesia em que recentemente estive presente.

Uma senhora dos Marinheiros, zona urbana da cidade de Leiria, levantou-se e publicamente disse, que estava muito mal disposta com a Junta de Freguesia, porque a rua onde mora, que é uma estrada principal dos Marinheiros, não tem saneamento básico. Ora, como é que isto pode acontecer, se as estatísticas da cidade, dizem que a zona urbana está cem por cento coberta? Mas de facto a senhora tem razão!

Há muitas ruas na zona urbana da cidade de Leiria, que efectivamente não estão cobertas pelo saneamento da rede doméstica. Diriam que a culpa é da SIMLIS, mas isso para mim é um motivo de consciência, pelo qual mais uma vez, irei votar contra este relatório e contas dos SMAS. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, também não há esclarecimentos porque não foram pedidos. Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da faculdade que lhe é conferida pela alínea c), do n.º 2, do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do PP, as abstenções do Partido Socialista e dos Cidadãos Independentes e um voto contra do Partido Socialista, aprovar os documentos de prestação de contas de 2003 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

<p>4. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;</p>
--

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar os protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

5. ALTERAÇÕES AOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar as alterações aos protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

6. SERVIÇO DE SANEAMENTO NO CONCELHO DE LEIRIA – ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DO ANO DE 2004– Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Diamantino Caçador.

DEPUTADO DIAMANTINO CAÇADOR (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Diamantino Caçador, Grupo de Cidadãos Independentes.

Este ponto da ordem de trabalhos de facto, surpreende-nos bastante e perguntamos como se explica um aumento de 25% por ano até 2007.

Como podem explicar ao comum cidadão, que hoje paga por exemplo, 10 euros de taxa de saneamento, vai passar a pagar 12,50 euros e em 2007 vai pagar 25 euros.

E como explicam estes aumentos ao comum cidadão, se os SMAS obtiveram lucros em 2003, no valor de cento e oitenta e oito milhões de euros?

Concluindo, como é que se explica ao comum cidadão, como eu, que vou ver um custo acrescido sobre um serviço do qual não beneficio? Como eu e como todos os



leirienses, que tiveram a má sorte de viver no Norte deste concelho e se me dizem que é à conta de algo que vou usufruir, não sei quando, também não aceito, pois de pagamentos especiais por conta estamos todos fartos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do PP, com as abstenções dos Presidentes de Junta do PS e com os votos contra dos restantes membros do Partido Socialista e dos Cidadãos Independentes, aprovar a actualização da taxa de tratamento de esgotos para o ano de 2004, nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;

<p>7. RECTIFICAÇÃO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea e), do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;</p>

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com duas abstenções do Partido Socialista, aprovar a rectificação da Tabela Geral de Taxas e Licenças, nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09;



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim da ordem do dia. Mas tal como vos disse, no início da sessão, há uma munícipe que pediu para intervir no final da ordem de trabalhos e todo o direito, uma vez que o Regimento prevê essa faculdade. Chamava então a D. Nélia Reis, para apresentar a sua exposição.

NÉLIA REIS (MUNÍCIPE)

Antes de mais boa noite a todos.

Quero agradecer a oportunidade de participar nesta Assembleia, para expor uma situação que já se vem a arrastar acerca de dois anos.

Refere-se a uma emissão de uma licença de habitabilidade de uma moradia, no Casal da Cortiça, Barreira. Antes de expor o caso, quero dizer que o projecto foi aprovado em 2000, a licença é de 2002, fiz a escritua também em Abril de 2002 e fiz a primeira participação à Câmara, em Junho de 2002. Como até à data não está nada resolvido, decidi vir aqui expor a situação.

Relativamente à localização da construção, diz-se em todo o processo, que a moradia fica na Rua da Malaposta, o que não é verdade. Até à data, o único acesso possível que tenho à moradia, é através de uma propriedade privada. No entanto, o proprietário já me disse que a todo o momento, vou ficar impossibilitada de fazer o acesso por lá, ou seja, vou deixar de poder entrar em casa, porque não tenho qualquer arruamento público para casa. Importa referir, que a Rua da Malaposta é um caminho em terra batida, que praticamente está intransitável.

Depois de ter consultado o processo na Câmara, verifiquei que, na minha opinião, o processo não está instruído de forma correcta, ou seja, toda a construção está na zona de Reserva Ecológica Nacional. No projecto de arquitectura não constam plantas de localização nem de implantação, nada que me permita saber por onde é que posso entrar ou sair.

A outra questão também muito grave, é o facto de a moradia não ter abastecimento de água da rede pública, apesar de ter projectos de água e esgotos aprovados pelos SMAS de Leiria, bem como os autos de vistoria aprovados. Até ao momento tenho-me servido de água não potável de um poço, que no Inverno vejo-me obrigada a



canalizar para lá as águas pluviais e no Verão, são os bombeiros que vão abastecer à casa água não potável, pelo qual pago uma quantia exorbitante.

Há uma grande desconformidade dos projectos em relação à obra. Nos projectos das águas, dos esgotos, do gás, etc, faltam os mais variados elementos, no entanto, os respectivos autos de vistoria estão aprovados e o técnico declarou que a obra estava toda executada de acordo com os projectos aprovados.

Não obstante já ter informado a Câmara desta situação, em Julho de 2002, nada está resolvido. A situação em que estou, obriga-me a abandonar a casa porque estou grávida e não vou poder dar banho aos meus filhos sem água potável, como é óbvio.

E queria pedir a vossa ajuda, no sentido de que a situação seja desbloqueada, porque até à data não tenho nenhuma resposta favorável, nem ninguém que me aconselhe a melhor forma de resolver a situação. O problema é a REN, toda a zona da casa está inserida em zona de reserva, não tenho arruamentos públicos, nem acesso à água da rede pública e nem as canalizações estão completas.

Mais uma vez volto a pedir, se alguém me puder ajudar a resolver este problema, agradecia. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Srs. Deputados, está previsto no Regimento, que no final da ordem do dia, os munícipes que previamente tenham solicitado à Mesa permissão para intervir, o podem fazer. No entanto, não está contemplada a situação de resposta aos munícipes, por parte dos representantes da Câmara Municipal.

De qualquer maneira, nada impede que seja dada uma resposta, penso que ninguém se opõe e julgo que a Sr.^a Presidente, se disponibilizará para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia e à própria munícipe.

Gostaria também de vos informar, que a munícipe fez-me chegar cópia de todo o processo. Obviamente que não o vou distribuir, mas depois em conjunto com a Sr.^a Presidente, irei analisar o mesmo, para averiguarmos onde é que falhou.



PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Se o Sr. Presidente me permitisse e a Assembleia, dava a palavra ao Sr. Vereador Fernando Carvalho, uma vez que é conhecedor de todo o processo, logo estará em melhores condições para prestar os devidos esclarecimentos.

VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Fernando Carvalho, Vereador.

Antes de mais cumprimento a D. Nélia e o marido. Não sabia que iria haver esta intervenção ou senão, teria trazido elementos mais pormenorizados do processo. De qualquer forma, faço aqui um apanhado um pouco genérico, daquilo que se passou.

A D. Nélia, adquiriu há cerca de dois anos e pouco, a casa no Casal da Cortiça. Esta casa foi construída, julgo que há mais de vinte anos, é um processo de 1978/79, e nessa altura, não havia reservas, nem PDM, nem nada. No entanto, a legalização completa da casa, só foi efectuada há cerca de três anos a esta parte, a D. Nélia

posteriormente veio a adquirir a casa, de facto não tem culpa nenhuma do que se passou até então, apenas herdou uma situação, cujo problema principal reside no facto de não estar abastecida de água. A casa dista cerca de novecentos metros do ponto onde é necessário ligar o abastecimento e na altura, através de contactos com os Serviços Municipalizados, chegou-se à conclusão que era necessário fazer um abastecimento bastante oneroso, era praticamente um quilómetro para abastecer a sua casa e mais uma ou duas que lá estão e que também poderiam ser beneficiadas.

E portanto, em termos de despesa, seria um pouco complicado os Serviços Municipalizados fazerem digamos essa adução, sem haver uma forte comparticipação de quem estava a licenciar a casa. Isto ainda antes da senhora ter comprado a casa.

A pessoa que lhe vendeu a casa, solicitou aos Serviços Municipalizados a dispensa da obrigatoriedade de fazer a ligação à rede pública, embora, tivesse entregue os projectos de realização, infra-estruturas, etc, que provavelmente, como a senhora disse, poderão não estar totalmente completos, mas isso é outra questão. A questão fundamental, é a do abastecimento de água e na altura portanto, com base naquilo que foi pedido aos Serviços Municipalizados, a dispensa da ligação, dada a distância a que adquiriu a casa, sem culpa nenhuma desta tramitação, provavelmente não saberia de toda a história, servia-se de um poço no logradouro da moradia e segundo a sua informação, já de algum tempo a esta parte o poço ficou com água imprópria para consumo.



Depois disso, encetaram-se algumas conversações, a senhora veio falar comigo, fiz a ponte com os Serviços Municipalizados e na altura não houve uma solução célere, que economicamente fosse viável e o assunto ficou por aí. Não houve grandes desenvolvimentos, até há cerca de três meses atrás, em que houve uma reunião que foi pedida por um advogado, que a senhora Nélia mandou como emissário e agendou uma reunião comigo. Eu disponibilizei-me a reapreciar o processo e fui com a Sr.^a Directora-Delegada dos Serviços Municipalizados, fazer uma visita ao local. Sabíamos da sua situação, que já estava grávida e era uma situação que também nos perturbava, pelo facto de não ter água na sua casa. Como também há relativamente pouco tempo, tínhamos criado um novo critério mais justo e equitativo, para proceder às extensões de rede, para tornar mais justo um processo de expansão de rede, foi criado um valor médio para extensão de rede, que se cifra em quinhentos euros. Eu transmiti esta possibilidade ao advogado, pagando a Sr.^a Nélia uma importância de quinhentos euros, que ficaria muito abaixo do valor que os Serviços Municipalizados têm que investir. Como deve imaginar, para fazerem quase um quilómetro de conduta, irão gastar uns milhares de contos, para fazer o abastecimento à casa. Mesmo assim, seria possível o abastecimento mediante o pagamento daquele valor mais a requisição do ramal e contador, proposta essa que se mantém válida hoje e que transmiti ao Dr. Ricardo Maceirinha, o qual julgo que lhe terá também transmitido essa proposta, que a senhora não aceitou.

Esta é a única proposta que os Serviços Municipalizados via Câmara podem fazer, porque são as condições que vigoram neste momento no concelho, para os casos em que seja necessário fazer extensões de rede à situação existente.

Em relação à questão dos acessos, também verifiquei essa situação. A sua casa confina com uma serventia, serventia essa que não está a ser utilizada. Neste momento a senhora utiliza uma situação que lhe é mais favorável, em termos de declive, que é através de um pinhal em que o proprietário lhe terá cedido a passagem. Tanto nos desenhos, como nos registos, como na certidão da Conservatória, está uma serventia do lado sul, que neste momento não está muito transitável, se calhar porque já há muito tempo que não passa lá ninguém, mas posso-lhe dizer que fui com o carro até lá...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

D. Nélia, vai-me desculpar, mas não pode travar diálogo, porque o Regimento desta Assembleia Municipal não o permite. A senhora apresentou a sua exposição, o senhor



Vereador está a explicar e como disse, não está previsto no nosso Regimento sequer, que haja esclarecimentos por parte da Câmara no período de intervenção do público e já se abriu uma exceção, precisamente porque há vontade em resolver o problema.

VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Sr. Presidente, se me permite só para concluir, ainda relativamente ao acesso à sua moradia, que não está a ser utilizado, facilmente poderá ser regularizado. A Câmara também pode contribuir para melhorar esse acesso, mas claro que chegando ao seu limite da propriedade, terá que ser a senhora a fazer as obras dentro da sua propriedade. Agora há total disponibilidade da Câmara, como sempre houve, para colaborar, bem como por parte dos Serviços Municipalizados para fazer o abastecimento, mediante as condições que são aplicadas a todos os outros municípios, que no seu caso, são condições extremamente vantajosas e como lhe disse há pouco, esta proposta continua de pé.

Ainda relativamente aos encargos com a extensão de rede, poderá inclusivamente, se não puder pagar os quinhentos euros de imediato ou houver alguma dificuldade nesse sentido, pedir o pagamento em prestações diferenciadas. O que eu sei neste momento é que depois de termos transmitido a proposta ao seu advogado, a senhora terá escrito para o IGAT ou para o Tribunal Administrativo, fazendo queixa desta situação e o processo está a decorrer. No entanto, isso não impede que resolvamos a questão, nos termos que há pouco referi. Basta a senhora querer.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

A título excepcional e como também está aqui presente o Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, o qual tinha pedido para intervir sobre este assunto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vítor Miranda, mas tem de ser uma intervenção muito breve.

DEPUTADO VÍTOR MIRANDA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

Vou ser muito breve, mas entendo que estes esclarecimentos são importantes e agradeço a oportunidade que o Sr. Presidente da Mesa me dá.

É importante dizer perante esta Assembleia, que todo o processo é do conhecimento da Junta de Freguesia. A D. Nélia tem-nos exposto todo o problema e diversas vezes se deslocou à Junta para falar comigo. Só que, como é do seu conhecimento, a Junta



não tem podido fazer mais do que aquilo que já tem feito. É importante que diga também, que as acessibilidades principais à casa desta senhora, são feitas através de caminhos particulares. A Junta em tempos chegou a pôr algum tout-venant e a fazer alguns melhoramentos, mas quando soubemos que as duas serventias que dão acesso à moradia eram particulares, eu próprio a informei que a partir daquele momento não a poderia ajudar mais.

No entanto, aproveitando aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer, se tiver dificuldades em assumir o encargo com os quinhentos euros, a Junta está desde já disponível para lhe passar o atestado que nestas situações é habito passar.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Chegámos ao fim da nossa sessão. Agradeço a todos a vossa presença.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.00 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 29 de Junho de 2004, deliberou por maioria, com um voto contra do PP, aprovar a acta .- Leiria, aos 29 dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatro.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)